

TRABALHO, EDUCAÇÃO E SOCIABILIDADE NA FORMAÇÃO INTEGRAL DO PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS (PROJOVEM URBANO) DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU/RJ

Ricardo de Souza Ribeiro¹

José dos Santos Souza²

Frente à crise estrutural do capital e decorrente processo de reestruturação produtiva e reforma do Estado, verifica-se alto índice de desemprego e precariedade do trabalho, ao passo que a qualificação do trabalhador ganha status de fator de empregabilidade. No Brasil, estas transformações se evidenciam mais a partir de 1985, quando as empresas passaram a apresentar uma nova configuração dos processos de trabalho e de gestão da produção e o Estado renovou seus mecanismos de mediação do conflito de classe, combinando ampliação da participação e controle social das decisões estatais com reformulação dos mecanismos de conformação das camadas subalternas (SOUZA, 2003; 2004; e 2008).

Neste contexto, a população jovem desponta como o segmento mais penalizado pelos efeitos perversos desse processo. Por isso o Governo Brasileiro tem buscado atender esta parcela da população por meio de diversos programas sociais para a juventude. A educação profissional assume então papel relevante nesses programas (IPEA, 2008; SPÓSITO & CARROCHANO, 2005).

Diante desta problemática, elegemos como objeto de pesquisa o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). Nosso objetivo é verificar a relação estabelecida entre educação básica e educação profissional no ProJovem Urbano, bem como a relação de poder entre o Estado e a Sociedade Civil que se expressa no Cotidiano deste Programa

¹ Bolsista de Iniciação Científica da FAPERJ, aluno do Curso de Pedagogia do Instituto Multidisciplinar da UFRRJ e membro do Grupo de Pesquisas Sobre Trabalho, Política e Sociedade (GTPS). E-mail: ricardo_souza_ribeiro@yahoo.com.br

² Doutor em Sociologia pela UNICAMP, professor de Economia Política da Educação do Departamento de Educação e Sociedade do Instituto Multidisciplinar da UFRRJ e líder do Grupo de Pesquisas Sobre Trabalho, Política e Sociedade (GTPS). E-mail: jsantos@ufrrj.br

Social. Trata-se de uma pesquisa básica de natureza qualitativa, de caráter descritivo, cujas fontes de dados utilizadas são: fontes bibliográficas da área de “sociologia do trabalho”, “trabalho e educação” e “políticas públicas para a juventude”; fontes primárias (sites, documentos oficiais, material de divulgação, registros da prática educativa do Programa e entrevistas). Para realização deste trabalho analisamos os a carga horária disponível no site do ProJovem Urbano e no meio do ano de 2009 foram realizadas entrevistas com a Coordenação Pedagógica do ProJovem Urbano de Nova Iguaçu e com a Coordenadora Executiva do Programa.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, DESEMPREGO ESTRUTURAL E NOVAS DEMANDAS DE QUALIFICAÇÃO.

A partir da década de 1970, ocorreu um grande avanço da política neoliberal que, juntamente com o processo de flexibilização das relações de produção, a intensificação da de inserção de ciência e tecnologia na produção e na gestão do trabalho, tem provocado profundas mudanças na realidade social contemporânea, seja no aspecto estrutural seja no superestrutural. Diversos autores têm apontado como conseqüência deste contexto a ampliação do trabalho informal, do trabalho temporário, do subcontrato, do trabalho domiciliar e até mesmo infantil, entre outras, o que vem a configurar o agravamento da precariedade do trabalho no estágio atual do capitalismo (Ver: MÉSZÁROS, 2000, 2006; ANTUNES, 2005; ALVES, 2000). Além do agravamento da precariedade do trabalho, a crescente substituição do trabalho vivo por trabalho morto beneficiada pelo avanço científico e tecnológico configura o que muitos têm chamado de desemprego estrutural, que não é mais conseqüência de crises cíclicas inerentes à dinâmica da ordem capitalista de produção e reprodução social da vida material, mas trata-se de uma situação endêmica à própria existência do capital em seu estágio atual de desenvolvimento.

Ao refletir sobre a questão do desemprego no Brasil, Batista (2006, p. 192-199) afirma que a década de 1990 apresentou índices de desemprego maiores que os dos anos 1980, em virtude da política neoliberal. Nos anos 1990 houve uma grande desestruturação do mercado de trabalho, provocando enorme desemprego e prejudicando várias famílias. “A opção política adotada no início da década de 1990 foi fundamental para o sistema nacional de relações de emprego” (BATISTA, 2006, p. 197). Além do alto índice de desemprego, o mercado de trabalho nos anos 1990 apresentou um crescimento de trabalhadores sem carteira assinada, Agravando ainda mais a precariedade do trabalho e a flexibilização dos direitos trabalhistas.

O Brasil vive um período com altos índices de desemprego devido à extinção de postos de trabalho e o agravamento da precariedade do trabalho no setor produtivo, inclusive com o aumento de jornada trabalho. Como justificativa, o sistema do capital aponta a falta de qualificação dos trabalhadores como responsável pelo desemprego, ofuscando suas reais causas. Esta idéia de que a inserção e a ascensão no mercado de trabalho são determinadas pela educação tem se disseminado por toda a sociedade, de maneira que os trabalhadores parecem culpados por estarem desempregados ou em processos de trabalhos precários, pois os mesmos não se qualificam o suficiente para acompanhar as mudanças no mundo do trabalho. Segundo Batista (2006, p. 202-203), na verdade se trata de um grande erro justificar o desemprego pela baixa qualificação e escolarização. Isso supõe que a escola possa criar empregos. Devemos considerar que, mesmo que a escola assuma com eficiência a tarefa de formar para o trabalho (o que em si já seria discutível), isto ainda não seria suficiente para superar a realidade do desemprego estrutural, sintoma endêmico do modelo de desenvolvimento do capitalismo na atualidade.

A vinculação do Brasil à dinâmica da mundialização do capital se realizou também pela intermediação de organismos internacionais, como o Banco Mundial, entre outros, que orientaram a definição de políticas públicas em todas as instâncias da sociedade, particularmente na área de educação, aprofundando a exclusão social. Esse foi o rumo seguido pelas políticas educacionais da década de 1990, como se pode notar na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei 9.394/1996 – e suas múltiplas regulamentações, particularmente aquelas que vão desde a educação profissional e o ensino técnico, até as iniciativas sobre a autonomia da universidade.

Para Batista (2003, p. 149), no processo de reestruturação produtiva percebemos que há um excedente de força de trabalho, um inchamento do exército industrial de reserva, o que proporciona ao capital condições de escolher entre aqueles adaptáveis aos novos procedimentos e às transformações das empresas e descartar os demais trabalhadores, deixando-os transitar entre o trabalho precário e o desemprego. Portanto, é válido destacar que este processo de reestruturação produtiva, com suas novas características de gestão, é o verdadeiro responsável pelo desemprego estrutural.

De fato, no final do século XX ocorreram várias transformações que configuraram um novo quadro no mercado de trabalho, alterando as formas de empregabilidade, qualificação profissional e relações entre capital e trabalho. Júlio (2003, p.115) afirma que

estes fatores ocorreram em virtude das crises estruturais do sistema capitalista, que levaram à mundialização do capital, implementada sob a hegemonia do modelo neoliberal.

De acordo com Pochman (2006, p. 66), no período de 1992 a 2002, houve um aumento considerável de desempregados com maior nível de escolaridade, alcançando o índice de 76,9% de desemprego dos trabalhadores com mais de quatorze anos de estudos. Isto joga por terra os argumentos da Teoria do Capital Humano, visto que o aumento de escolaridade, não é garantia de emprego.

De acordo com Frigotto (1989, p. 40), a Teoria do Capital Humano aponta a educação como a principal produtora da capacidade de trabalho. A educação se configura em funções e habilidades intelectuais para o trabalho, neste sentido mostra-se apenas como um fator em favor da produção.

Segundo Andrade (2008, p. 59), com a introdução de novos aparatos tecnológicos e a nova organização do trabalho no processo produtivo, que ocorre a partir dos anos 1980, surge à necessidade de uma mão-de-obra mais qualificada. Diante deste atual contexto a educação da classe trabalhadora, ganha importância em favor do capital, tanto no que se refere à formação básica quanto à formação profissional. Com o aumento do acesso à educação e a formação básica mais consistente, faz com que haja maior número de trabalhadores mais capacitados, de modo que esses fatores essenciais para que haja ampliação do processo produtivo.

A necessidade do trabalhador se inserir ou se manter no mercado de trabalho faz com que esses busquem cada vez mais se qualificarem para estarem aptos às exigências necessárias para ocupar um bom emprego. Segundo Batista (2006, p. 206-209), a maioria da classe trabalhadora vive em relações de trabalho precário. As exigências do capital requerem um trabalhador polivalente e/ou multifuncional, aptos a exercer diversas tarefas. Ao analisar o número de jovens qualificados e excluídos do mercado de trabalho, constata-se um propósito no discurso da burguesia de que o desemprego é fruto da falta de qualificação.

Com a implementação de novos aparatos tecnológicos e a necessidade da qualificação e re-qualificação requerida aos trabalhadores, surge um grande desafio para os sistemas educacionais. Dentro do atual contexto de reestruturação produtiva o que percebemos é que há um aumento das demandas para o acesso ao ensino de qualificação profissional. Os trabalhadores precisam acompanhar o processo de inovação tecnológica

bem como as novas situações estabelecidas pela política vigente na atual gestão do trabalho dentro das empresas (SOUZA, 2009, p.324).

Frigotto (1989, p.50) aponta, que o capital atribui ao indivíduo toda a responsabilidade do sucesso ou fracasso em sua vida sócio-econômica, quando justifica o desenvolvimento que a educação é o único caminho para desenvolvimento econômico e da renda individual. De fato o que se percebe é uma desigualdade estrutural do modo de produção capitalista, que é ocultado pelos argumentos ideológicos da Teoria do Capital humano, que responsabiliza os indivíduos pelo seu sucesso ou fracasso.

De acordo com Souza (2009, p. 320) a qualificação profissional técnico-científico é oferecida apenas por uma pequeno contingente da classe trabalhadora, e outra grande parte é ofertada a uma qualificação fragmentada. O contingente maior da classe trabalhadora estão inseridos na informalidade, ou com sub-empregos, contratos temporários e na precariedade do trabalho, com isso está qualificação fragmentada, faz com que a grande parcela de trabalhadores sejam conformadas, impossibilitando o conflito de classe.

A POLÍTICA PÚBLICA PARA JUVENTUDE E A EXPERIÊNCIA DO PROJÓVEM URBANO EM NOVA IGUAÇU/RJ.

A partir da década de 1990, houve um aumento da implementação das Políticas Públicas para a Juventude no Brasil em virtude de diversos aspectos sociais que envolviam os jovens, tais como: problemas como a violência; drogas e doenças sexualmente transmissíveis; e dificuldade de inserção no mercado de trabalho. A juventude hoje é vista como um problema, com isso a sociedade toma como necessária à implantação de medidas, que venham combater esse risco social (IPEA, 2008, p. 07).

Um dos aspectos que mais têm prejudicado a população jovem é a grande dificuldade de se inserir no mercado de trabalho. Alguns estudos apontam que a população jovem é a que mais sofre com o desemprego no Brasil. Há um alto índice de jovens desempregados a procura do primeiro emprego (IPEA, 2008, p. 09). Segundo Batista (2006, p. 201), a partir dos anos 1990, no Brasil, houve um aumento significativo de trabalhadores desempregados em busca do primeiro emprego e apenas uma pequena parte desta multidão conseguiu se inserir no mercado de trabalho. Diante desses aspectos podemos perceber que o jovem está distante do acesso ao mercado de trabalho, o que faz com que parte desse grupo vá para o trabalho informal ou até mesmo para o mundo do crime.

A partir dos anos 1990, a população de jovens das regiões metropolitanas apresentou crescimento dos índices de escolaridade (BELLUZZO & VICTORINO, 2004, p. 14). A ampliação do acesso à educação para o jovem trabalhador tem provocado o retorno dessa parte da população para a escola. Há um grande interesse do jovem trabalhador em enriquecer seus conhecimentos, para se inserir ou se assegurar no mercado de trabalho. De acordo com o discurso proferido pela classe hegemônica, para que esses jovens possam se inserir no mercado de trabalho, é necessário que haja uma formação básica mais ampla. O que podemos constatar é que, mesmo com essa formação, não há garantias de acesso ao mercado de trabalho.

De acordo com Belluzzo e Victorino (2004, p. 08), as políticas públicas para juventude tiveram como objetivo atender as demandas sociais. Inicialmente as Políticas Públicas para a Juventude, procuravam atender as demandas sociais (desemprego, homicídios, drogas, etc.) que afetavam a esta parcela da população, porém não apresentou eficiência em sua execução, com isso estas políticas oscilaram de modo que suas ações foram mais de controle e assistencial do que o de uma real solução destes problemas.

De acordo com Coelho (2009, 01), o ProJovem Urbano, na verdade, integra o Programa Nacional de Inclusão de jovens do Governo Federal. Ele é destinado aos jovens com idade entre 18 e 29 anos de idade funciona em três dimensões são eles: 1) aumento da escolaridade por meio da conclusão do ensino fundamental; 2) qualificação profissional, que é uma iniciação ao mundo do trabalho; e 3) participação cidadã, que visa construir com os alunos um plano de ação comunitária onde eles são agentes multiplicadores.

O ProJovem Urbano (coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República) tem como objetivo elevar o nível de escolaridade dos jovens, oferecendo-lhes a possibilidade de conclusão do ensino fundamental num período de 18 meses, unindo a formação escolar com a qualificação profissional. O ProJovem Urbano é uma reformulação do ProJovem implementado em 2005 e tem por objetivo promover a reintegração dos jovens ao processo educacional, a elevar a escolaridade com a conclusão do ensino fundamental, promover a iniciação do jovem ao mundo do trabalho e o desenvolver ações comunitárias (NOVAES, ANDRADE & SILVA, 2009, 03).

Coelho (2009, 03) aponta que, para estar inserido no ProJovem Urbano, o jovem deverá estar dentro do perfil exigido pelo Programa, ter idade entre 18 e 29 anos e ser pelo

menos alfabetizado, diferente do ProJovem anterior, que exigia pelo menos ter concluído as séries iniciais do antigo ensino fundamental.

Para Novaes, Andrade & Silva (2009, 01),

O ProJovem Urbano é um programa que nasce de uma necessidade. Nasce numa conjuntura onde o país rever. A qualidade profissional, a situação de inserção do jovem no mercado de trabalho no tocante da escolaridade. O que nós observamos é que o Brasil num determinado momento na década de 1980 começa a retomar o crescimento. [...] teve uma grande discussão sobre o parque industrial, sobre a renovação do parque industrial. E descobriram que a mão de obra não estava especializada. . Então o Programa ProJovem Urbano vem atender a uma demanda dos jovens de 18 a 24 anos, que faz parte da população economicamente ativa. Uma população que é alvo do mercado de trabalho. No entanto observa que essa população tinha que ter uma escolaridade aumentada, a qualificação profissional melhor e a preocupação obviamente do ponto de vista da cidadania. Então o ProJovem é um programa pedagógico que objetiva o aumento da escolaridade, a qualificação profissional dentro de um arco de qualificações profissionais oferecidas pelo programa e um trabalho de com cidadania e com reforço da cidadania. É isso que seria basicamente o programa ProJovem que atende cidades com mais de 200 mil habitantes. Nova Iguaçu é uma das 12 cidades do Rio de Janeiro que tem o programa ProJovem Urbano.

De acordo com Novaes, Andrade & Silva (2009, 03), o ProJovem é um programa muito relevante para a formação e qualificação dos jovens do município.

[...] o Programa ProJovem Urbano é uma ação afirmativa, na medida em que estamos buscando a recuperação de uma faixa da população por uma razão ou outra seguiu privada da aprendizagem da escola, como ele atende a população de 18 a 29 anos. Nova Iguaçu tem um índice muito alto de uma população dentro dessa faixa que precisa de um aumento de escolaridade. Isso é um dado. Outro dado importante é que Nova Iguaçu é uma cidade que visa que aponta para um crescimento do ponto de vista econômico com a implementação de novas indústrias e tudo mais, e isso é muito importante. O ProJovem acaba sendo assim um programa que poderá suportar é, ou melhor, o oferecimento de mão-de-obra para eventuais programas industriais da cidade.

Contrariando esta tese, Spósito e Carrochano (2005, p. 155) apontam que, diante da atual realidade do desemprego estrutural, é importante destacar que a qualificação profissional não é garantia da inserção no mercado de trabalho:

[...] o fato de que as crescentes dificuldades dos jovens em se inserir e permanecer no mercado de trabalho só seriam resolvidas a partir da constituição de um cenário econômico de desenvolvimento sustentado, superando a baixa geração de postos de trabalho no país.

Atualmente o ProJovem Urbano no município de Nova Iguaçu atende 3.054 jovens, um faixa considerável da população jovem do município. Inicialmente o Programa atendia em torno de 7.200 alunos, mas com o processo de evasão e diminuição da procura dos jovens, houve uma diminuição do número de alunos atendidos pelo Programa (NOVAES, ANDRADE & SILVA, 2009, p. 02; COELHO, 2009, p. 03).

As atividades do ProJovem Urbano em Nova Iguaçu são realizadas em horário noturno, em 19 unidades escolares (da rede municipal), que são chamadas de Núcleos, e em alguns espaços alugados pelo Programa (NOVAES, ANDRADE & SILVA, 2009, p. 02; COELHO, 2009, p. 01).

Os alunos do ProJovem Urbano em Nova Iguaçu apresentam dificuldades de inserção no Programa, conforme as considerações feitas por Coelho (2009, p. 02):

Os jovens inseridos no programa, normalmente já têm uma família ou pelo menos a maioria deles tem filhos e apresentam muita dificuldade de freqüentar com regularidade o ProJovem para ela a dificuldade está na questão pedagógica porque é difícil fazer esse jovem acompanhar esse conteúdo dentro dos 18 meses proposto pelo programa. Mas ao mesmo tempo é um programa com caráter bem inovador, acolhedor, e que consegue compensar essas deficiências. A limitação é não conseguir ter uma freqüência regular desses jovens.

A formação oferecida pelo ProJovem Urbano é de nível do Ensino Fundamental. No período de 18 meses o aluno estuda os conteúdos referentes ao período do primeiro ao nono ano, por meio das Unidades Formativas (UF). É seis o número de UF e cada uma possui um eixo estruturante com diferentes temas ligados à juventude que são: 1) juventude e cultura; 2) juventude e cidade; 3) juventude e trabalho; 4) juventude e comunicação; 5) juventude e tecnologia; e 6) juventude e cidadania. A partir desses eixos estruturantes é desenvolvido todo o trabalho do corpo docente. Além dos conteúdos de

formação básica, os alunos também recebem formação voltada para o mundo do trabalho. Os professores do eixo básico (língua portuguesa, matemática, ciências da natureza e ciências humanas, língua estrangeira) desenvolvem atividades em conjunto com os assistentes sociais, que são os responsáveis pela participação cidadã, e com os qualificadores profissionais (COELHO, p. 03). A qualificação profissional no ProJovem Urbano é denominada de arco-ocupacional que no caso de Nova Iguaçu são: telemática; saúde; e construção e reparos. Ao final de todas as etapas os alunos recebem a certificação do ensino fundamental e também certificado de qualificação profissional. Segundo Coelho (2009, p. 05):

A formação geral apresenta para o aluno o mundo do trabalho. Vai mostrar para o jovem como se comportar numa entrevista, como se elaborar um currículo. Estes conteúdos são trabalhados junto aos alunos, pelos especialistas e pelos qualificadores. A parte prática é que caminha mais independentemente, respeitando as especificidades de cada arco ocupacional, no caso da construção e reparos, por exemplo, eles vão trabalhar a parte elétrica, então eles vão ter uma oficina montada, aonde eles vão poder desenvolver suas atividades junto com o qualificador.

Acreditamos que o tempo proposto para a formação e qualificação desses alunos pode ser considerado curto, de modo que acaba influenciando na qualidade do ensino. Diante desses aspectos, acreditamos que essa formação oferecida por essas duas modalidades não é capaz de oferecer ao aluno formação escolar do Ensino Fundamental nem qualificação capaz de inseri-lo no mercado de trabalho.

Ao analisarmos os dados sobre o ProJovem Urbano, percebemos que a carga horária curricular não é suficiente para fornecer uma formação básica sólida. Como pode ser observado na tabela abaixo:

Quadro 01 – Distribuição da carga horária formativa do ProJovem Urbano por área de formação (em número de horas).

CARGA HORÁRIA	FORMAÇÃO BÁSICA	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	PARTICIPAÇÃO CIDADÃ	TOTAL
Horas Presenciais	1.092	390	78	1560
Horas Não Presenciais		440		440

Total	2.000
-------	-------

Fonte: BRASIL, 2009.

Quadro 02 – Distribuição semanal da carga horária formativa do ProJovem Urbano (em número de horas).

Dimensão Componente Curricular	UF I	UF II	UF III	UF IV	UF V	UF VI
Ensino Fundamental	10	10	10	10	10	10
Trabalho Interdisciplinar/Integração	03	03	03	03	03	03
Informática	01	01	01	01	01	01
Carga horária total de Formação Básica	14	14	14	14	14	14
Formação Técnica Geral	04	03	03	02	-	-
Arcos Ocupacionais	01	02	02	03	05	05
Carga horária total de Qualif. Profissional	05	05	05	05	05	05
Carga horária total de Participação Cidadã	01	01	01	01	01	01
Total de carga horária semanal	20	20	20	20	20	20

Fonte: BRASIL, 2009.

UF = Unidade de formação

A carga horária curricular do ProJovem Urbano apresenta um total de 2000 horas, sendo 1.560 presenciais e 440 não presenciais. Esta carga horária é distribuídas da seguinte maneira: formação básica, com 1092 horas; qualificação profissional, com 390 horas; e participação cidadã, com 78 horas. O que soma um total de 1560 horas. As 440 horas não presenciais constituem o tempo para realização de trabalhos na comunidade onde esta inserido o núcleo em que o jovem estuda. Essas 440 horas estão inseridas dentro do que chamam de participação cidadã, que consiste em realizar atividades como conhecer a sua própria comunidade e conhecer a associação de moradores. Mas isto nos levaria a questionar se esses jovens já não conhecem esta comunidade. De acordo com os coordenadores do ProJovem Urbano de Nova Iguaçu, a carga horária segue uma determinação do governo federal, de modo que a implementação do currículo no município

se configura com a mesma carga horária (BRASIL, 2009; NOVAES, ANDRADE & SILVA, 2009, p. 07; COELHO, 2009, p. 04).

Como se pode notar no quadro 01, das 2.000h de carga horária curricular total do ProJovem Urbano, 78% são presenciais e 22% não-presenciais. A formação básica ocupa 54% da carga horária total do Programa, o que corresponde a 70% da carga horária presencial. A qualificação profissional ocupa menos de 20% da carga horária total, o que significa apenas 25% da carga horária presencial. A participação cidadã ocupa pouco menos de 4% da carga horária total, o que significa exatamente 5% da carga horária presencial. Isto demonstra claramente que a formação técnico-profissional é um conteúdo secundário na proposta curricular do ProJovem Urbano e que seu foco é a formação geral básica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossos dados apontam que, apesar de o ProJovem ter o objetivo de promover a reintegração dos jovens ao processo educacional, a elevação da escolaridade com a conclusão do ensino fundamental, a qualificação profissional e o desenvolvimento de ações comunitárias, a carga horária curricular é considerada baixa demais para o êxito do Programa. Isto nos leva a crer que o tipo de formação escolar que o ProJovem proporciona não atende ao objetivo apresentado no discurso oficial do governo e que a qualificação oferecida pelo ProJovem é insuficiente para inserir o jovem no mercado de trabalho.

Apesar do surgimento de novas demandas de qualificação do trabalhador nos últimos anos, é bem verdade que de modo geral não se dá muita importância à crítica ao papel da ciência e da tecnologia no processo de acumulação, o que se percebe é a um artifício de conformação (SOUZA, 2009, p. 320).

Como vários autores apontam (Cf.: MESZÁROS, 2000, 2006; ANTUNES, 2005; ALVES, 2000 & SOUZA, 2003, 2004, 2009), a partir do atual contexto de reestruturação produtiva, que desencadeou em novos mecanismos de gestão do trabalho em consequência ampliou o índice de desemprego, percebemos que a qualificação profissional já não representa a certeza de inserção nos postos de trabalho, pois o desemprego estrutural é uma evidência na contemporaneidade. Diante disso o mercado de trabalho dispõe de poucos postos de trabalho, e os demais trabalhadores estão fadados a precarização ou a informalidade.

A função mais evidente do ProJovem é a conformação de um contingente imenso da população no contexto de precarização do trabalho e desemprego, minimizando substancialmente o conflito de classe decorrente do processo de exclusão cada vez mais intenso neste contexto de crise do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000. p. 29-64.
2. ANDRADE, Flávio Anício. A formação do “cidadão-trabalhador”: educação e cidadania no contexto do “novo industrialismo”. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **Educação e política no limiar do século XXI**. 2ª Ed. Campinas (SP): Autores Associados, 2008. p. 59–78.
3. ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005. p.19-57.
4. BATISTA, Eraldo Leme. Transformações no Mundo do Trabalho e o Debate: Trabalho e Educação. In: ALVES, Giovanni; BATISTA, Roberto Leme; GONZÁLEZ, Jorge Luis Cammarano (Org.). **Trabalho e educação: contradições do capitalismo global**. Maringá, PR: Práxis, 2006. p. 191-213.
5. BATISTA, Roberto Leme. Reestruturação Produtiva, Ideologia e Qualificação: Crítica as noções de Competência e Empregabilidade. In: BATISTA, Roberto Leme & ARAÚJO, Renan (Org.). **Desafios do trabalho: capital e luta de classes no século XXI**. Londrina, PR: Práxis, 2003. p. 143-172.
6. BELLUZZO, Lillian, VICTORINO, Rita de Cássia. A juventude nos caminhos da ação pública. **São Paulo Em Perspectiva**. São Paulo, v.18, n.4 p.8-19. 2004.
7. BRASIL. Secretaria Geral. **ProJovem Urbano. O Curso: carga horária e atividades**. 2009. Disponível em: [<http://www.projovem.gov.br/site/interna.php?p=material&tipo=Conteudos&cod=727>], acesso: 24/05/09.
8. COELHO, Maria Margarida. **Maria Margarida da Cunha Coelho** (Coordenadora Executiva do ProJovem Urbano de Nova Iguaçu): entrevista [jun. 2009]. Entrevistador: José dos Santos Souza. Nova Iguaçu (RJ): SEMED-NI, 2009. Mimeo. Entrevista concedida ao Grupo de pesquisa sobre trabalho política e sociedade da UFRRJ.

9. FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutivo**. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 1989.p.35-68.
10. IPEA. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**. Brasília: IPEA, 2008. 310 p.
11. JÚLIO, Marcelo. Crise do Capital, Reestruturação Produtiva e Qualificação Profissional. In: BATISTA, Roberto Leme & ARAÚJO, Renan (Org.). **Desafios do trabalho: capital e luta de classes no século XXI**. Londrina, PR: Práxis, 2003. p. 115-141.
12. MÉSZÁROS, Istaván. A ordem do capital no metabolismo social da reprodução. **Ensaio Ad Hominem 1 – Revista de Filosofia, Política, Ciência da História**. Tomo I, p. 83-124, 2000.
13. MÉSZÁROS, Istaván. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**: São Paulo: Boitempo, 2006. P.26-44.
14. NOVAES, Adelson Peçanha, ANDRADE, Márcia Brum dos Santos & SILVA, Rosângela Fernandes da. **Adelson Peçanha Novaes, Márcia Brum dos Santos Andrade e Rosângela Fernandes da Silva** (membros da Equipe de Coordenação Pedagógica do ProJovem Urbano de Nova Iguaçu): entrevista [jul. 2009]. Entrevistadores: Ricardo de Souza Ribeiro e Bruno Oliveira Figueiredo. Nova Iguaçu (RJ): SEMED-NI, 2009. Mimeo. Entrevista concedida ao Grupo de pesquisa sobre trabalho política e sociedade da UFRRJ.
15. POCHMAM, Márcio. Desemprego do Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 59–73.
16. SOUZA, José dos Santos. A “nova” cultura do trabalho e seus mecanismos de obtenção do consentimento operário: os fundamentos da “nova” pedagogia do capital. In: BATISTA, Roberto Leme & ARAÚJO, Renan (Org.). **Desafios do trabalho: capital e luta de classes no século XXI**. Londrina, PR: Práxis, 2003. p. 173-200.
17. SOUZA, José dos Santos. A qualificação do trabalhador no contexto da construção de nova regularidade para a produção social da vida material no capitalismo contemporâneo. In: TUMOLO, Paulo Sérgio & BATISTA, Roberto Leme (Org.). **Trabalho, Economia e Educação: perspectiva do capitalismo global**. Londrina, PR: Práxis, 2008. p. 313-341.

18. SOUZA, José dos Santos. Trabalho, qualificação, ciência e tecnologia no mundo contemporâneo: fundamentos teóricos para uma análise da política de educação profissional. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 13, n. 22, p. 1-15, jul./dez., 2004.
19. SPOSITO, Marília Pontes, CARROCHANO, Maria Carla. A face Oculta face transferência de renda para jovens no Brasil. **Revista Tempo Social**. São Paulo, v.17, n.2, p.141-172, novembro/2005.